



FÓRUM ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

FEPEG

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:

Unimontes
Universidade Estadual de Minas Gerais

APOIO:

FAPEMIG

FADENOR

24 a 27 setembro
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

Iconografia católica, ideal de santidade e devoções religiosas em Minas Gerais no Setecentos

Jeaneth Xavier de Araujo, Aline Aparecida Dias de Souza

Introdução

Desde finais do século XVII, com a notícia oficial das descobertas auríferas, em 1693, a região das Minas se viu cercada de todos os cuidados por parte dos administradores. O rei, seus ministros, funcionários régios, mineradores e homens de negócios sabiam da importância que essa localidade representava para Portugal, principalmente em razão do declínio do lucro com o comércio do açúcar, resultado da concorrência com a produção antilhana. A descoberta de ouro no Brasil provocou uma verdadeira “corrida do ouro”, durante todo século XVIII. Apesar disso, boa parte dos lucros advindos da extração aurífera, servira para o financiamento da ostentação do Império português, que imprimia a si mesmo valores aparentes. Autores que tratam da economia política do Estado lusitano denunciam a fragilidade desse Império, apesar dos seus domínios nos “quatro cantos do mundo”, e a sua atitude obstinada em valorizar o luxo e a pompa. Exemplo do que se diz pode ser observado nos sucessivos acordos desfavoráveis feitos com a Inglaterra. Um exemplo desta ostentação foi à festa do *Triunfo Eucarístico* em 1733 em Vila Rica, ocorrida no apogeu da mineração em Minas Gerais, foi o momento de maior opulência da riqueza, e Vila Rica era considerada a “perola preciosa do Brasil”. O objetivo a todo o momento era demonstrar “a qualquer preço”, a grandeza e poder do Império ultramarino português.

Diante do exposto, cabe então perguntar: quais foram os motivos que levaram aos dispendiosos gastos com ornamentação das igrejas e capelas, tanto em Portugal como nos seus domínios ultramarinos? Quais as motivações para tamanho investimento no sagrado? Nas igrejas a ostentação não foi diferente, os gastos não foram reduzidos e a arte religiosa era um “negócio de Estado”. Com o regime do Padroado Régio (interferência do Estado nos negócios da Igreja), a imagem do sagrado ligava-se diretamente à imagem do rei. Como é sabido, o governo de Dom João V (1706-1750) compreende o período de auge e início do declínio da extração aurífera e diamantífera nas Minas. Simultaneamente, o governo joanino foi o de maior prodigalidade nos gastos com o luxo. Indaga-se se as atitudes desse monarca seriam para demonstrar “a qualquer preço”, grandeza e poder do Império ultramarino português.

No século XVIII, pode-se dizer que a arte religiosa foi também um “negócio de Estado”. O luxo e a riqueza ornamental foram empregados nos cultos, nas igrejas e capelas para atender a um desejo autoafirmativo do Império que, aos poucos, foi perdendo o lastro de sua riqueza, mas, apesar disso, teimava em ostentar. Desta sorte, boa

parte do ouro extraído das Minas destinava-se ao pagamento das manufaturas produzidas ou negociadas pelos ingleses. Ao lado do desempenho dos ofícios necessários à manutenção da vida, havia artistas e oficiais mecânicos que se ocupavam da manutenção do culto divino, construindo e ornamentando templos com trabalhos de escultura, talha e pintura, bem como na construção de andores e cenários efêmeros para as celebrações religiosas.

Este projeto de pesquisa pretende caracterizar a Igreja e o Estado portugueses frente aos desafios de propagação da fé e obtenção da obediência dos *fiéis vassalos del-rei*, como também aprofundar o conhecimento sobre as devoções católicas vivenciadas nas Minas do Setecentos, estudar as crenças coletivas que se viram incumbidas de traduzir sensorialmente o imaginário religioso da época.

Observa-se que, no início do cristianismo, o uso das imagens religiosas sofria críticas por parte da Igreja, uma vez que se temia a difusão do paganismo. Mas, principalmente, após o Concílio de Trento (1545-1563), momento em que a Igreja Católica precisou reafirmar seus dogmas e combater o protestantismo, ela recorreu ao uso das imagens para reafirmar a sua crença. Destaca-se que, como resultado do Padroado Régio, ou seja, ingerência do Estado nas questões religiosas, a preocupação com o sagrado, e nisto se incluem os cuidados com a “decência” do culto, o investimento na ornamentação dos templos e a preocupação com a fé têm sua razão de ser na construção do poder político monárquico. Dessa forma, os dispêndios com os aspectos religiosos, vistos pelo Estado como “gastos improdutivos”, mesmo no século XVIII, não eram em vão, pois serviram para manter o culto à imagem do rei.

Material e métodos

Uma vez que as fontes documentais não nos fornecem respostas diretas sobre as devoções religiosas e o ideal de santidade nas Minas do Setecentos, para o desenvolvimento da pesquisa em questão será necessário o estabelecimento de uma metodologia própria de pesquisa. Nesta pesquisa serão avaliadas principalmente as fontes primárias manuscritas, a saber: a documentação da Secretaria de Governo (sessão colonial) do Arquivo Público Mineiro; do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU/MG, AHU/PE, AHU/BA e AHU/RJ). Pretende-se assim extrair possíveis indícios sobre a cultura material e vivência religiosa na região das Minas em questão. Também serão pesquisadas cartas do Arquivo Público Mineiro ao qual se tem acesso para a análise dos dados que se deseja levantar. A pesquisa será apoiada em autores que versam sobre o contexto social e religioso das Minas como: Leila Mesan Algranti, Ronaldo Vainfas, Luiz Mott, Caio César Boschi, e Laura de Melo e Souza. Tem-se em vista com esse projeto alcançar abordagens inéditas sobre a vida religiosa nas Minas do Ouro. Para a viabilidade do projeto ora proposto, pretende-se, após levantamento bibliográfico circunstanciado, empreender pesquisa arquivística nos fundos documentais que contemplem a história religiosa de Minas Gerais no século XVIII. Em relação às fontes localizadas no Arquivo Público Mineiro, fez-se levantamento minucioso das cartas, ordens régias e bandos relativos à religião para a primeira metade do século XVIII, e *já foram transcritos, em grande número, os documentos que importam para o projeto de pesquisa em foco*. Desta forma, entende-se que o levantamento da documentação já foi realizado, sendo necessária tão somente a transcrição de alguns poucos documentos. Portanto, a pesquisa documental deste projeto de pesquisa encontra-se totalmente inventariada, e em fase adiantada de transcrição.

Resultados e discussão

Os resultados da pesquisa em questão ainda são parciais, mas até agora os documentos apontam que, o ambiente das Minas apesar de conter um hibridismo grande das culturas e crenças era marcado pela permanente tentativa do Estado de controlar os humores e afetos na região como também que devotos e religiosos que habitaram e/ou transitaram pelas Minas do Ouro contribuíram sobremaneira para as interações culturais, para além das diretrizes impostas pelas instituições formais.

Bibliografia

- [1] ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. **Os artífices do sagrado e arte religiosa nas Minas setecentistas: trabalho e vida cotidiana**. 2010. 366 fl. Tese (Doutorado em História) - FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- [2] CÓDICE Costa Matoso. **Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América...** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/CEHC, 1999.
- [3] FRANCO JR, Hilário. **A Idade Média, nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- [4] SOUZA, Laura de Mello e. O Falso Fausto. In: _____. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.



Figura 1. Interior da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Penitência em Ouro Preto- MG.

Fonte: Disponível em <http://epocaodooronobrasil.blogspot.com.br/2012/04/igrejas-de-ouro-preto.html> acessado pela ultima vez em 13 de agosto de 2014.